



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

PETIÇÃO N.º 469/XIII/3.ª

#### XIII LEGISLATURA

3.ª Sessão Legislativa

**Dia:** [27 de Abril de 2018](#)

**Hora:** 12h30

**Sala:** 3

**Assunto:** Por um melhor serviço público, reivindicando renovação e reforço da frota TransTejo/Soflusa.

#### **Entidades:**

Conselho de Administração da Transtejo:

- Dra. Marina Ferreira (Presidente)
- Dra. Sara Ribeiro (Administradora)
- Eng. José Osvaldo Bagarrão (Administrador)

**Deputados presentes:** Relator Bruno Dias (PCP), Carlos Silva (PSD), Heitor de Sousa (BE) e Helder Amaral (CDS/PP).

Relator Bruno Dias (PCP) enquadrou a audição no âmbito da apreciação da Petição.

#### **Exposição apresentada:**

Presidente do Conselho de Administração da Transtejo interveio:

- Empresa atravessa período de recuperação muito difícil;
- regulamento de segurança é muito rigoroso exigindo manutenção;
- manutenção foi reduzida, em período recente, ao mínimo;
- programa de recuperação da frota tem 3 questões:
  - disponibilidade financeira,
  - regras orçamentais limitando verba de manutenção igual a anterior, posteriormente excecionada, e
  - operacional, derivada das possibilidades dos estaleiros nacionais totalmente utilizados;
- Março, com mau tempo foi muito difícil;
- explicou ter previsão de ter 3 navios de reserva;
- não conseguem cumprir ratio de empresa qualificada e não têm indemnizações compensatórias;

- têm dificuldades de gestão humana derivado da fusão TransTejo-Soflusa (não tinham quadro para contabilidade e contratação);
- não estão satisfeitos com o serviço que estão a prestar.

Usaram da palavra os Deputados:

- Carlos Silva (PSD)
  - agradeceu informações sem novidade desde audição de 14 de Março;
  - salientou que Governo faz anúncios de compra de barcos, mas sem dar oportunidade à Empresa de investir;
  - audição Ministro do Ambiente/5 Abril coincidiu com anúncio de verbas para recuperação de navios;
  - Empresa está sujeita a cativações.
- Heitor de Sousa (BE)
  - recordou que situação na audição/14 Março não teve evolução;
  - questionou a Empresa não ter contrato programa e que medidas pontuais não são resposta;
  - necessidades estruturais necessitam de continuidade de verbas para frota e acostagem;
  - Estado e Autarquias não têm possibilidade de verificar se Serviço Público está a ser cumprido.
- Helder Amaral (CDS/PP)
  - recordou Presidente do Conselho de Administração ter considerado que não era melhor momento para renovar frota, apesar do anúncio entretanto feito;
  - perguntou qual seria momento ideal e qual seria mínimo de manutenção da atual frota, e número de barcos.
- Relator Bruno Dias (PCP)
  - recordou questão, já colocada, de falta de Pessoal, da manutenção própria, e perguntou se, nestes casos, é necessária autorização do Ministério das Finanças e quais os passos necessários;
  - quanto à questão dos cadernos de encargos distinguiu reparações de ocasião ou de fundo;
  - referiu-se à frota de 28 unidades, perguntando qual a atual necessidade relativamente à frota quer Soflusa, quer TransTejo e à que está parada;
  - referiu-se à navegabilidade do estuário e à APL, e perguntou se houve evolução;
  - os horários em vigor, que carecem de cumprimento, não são suficientes para necessidades da População;



- a retoma da oferta de transporte de 2011 .

Em resposta, a Presidente do Conselho de Administração da Transtejo interveio:

- em gestão nunca há situação ideal, mas há regras de bom governo;
- há níveis mínimos;
- há níveis estratégicos que não estão definidos nos transportes e que seriam contidos num contrato de Serviço Público;
- há falta de acessibilidade de estudantes à Margem Sul;
- valorizou um quadro de referência por contraposição da definição à vista;
- Resolução do Conselho de Ministros vai ajudar muito para Empresa ter contabilidade;
- autonomia administrativa e financeira é muito limitada, relacionando com o OE aprovado na AR;
- sem plano de atividades aprovado precisam sempre de autorização para gastos;
- Resolução do Conselho de Ministros permitirá à TransTejo não estar sujeita a pedidos de gastos excecionais/urgentes;
- os mínimos olímpicos são inimigos da boa gestão da Coisa Pública, que obriga a gerir acima dos mínimos;
- em relação a 14 Março já contrataram empresa de gestão para levantamento de todos os navios para cadernos de encargos, e gabinete jurídico para contratação;
- falta de Pessoal é tão gritante como falta de manutenção, e a todos os níveis (marinheiros, serralheiros e bilheteiros);
- quanto à APL não tem evolução significativa.

Concluiu o Deputado Relator, que agradeceu e perspetivou o relatório final da Petição.

Palácio de São Bento, em 8 de Maio de 2018

O Assessor da Comissão

(António Fontes)